

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Leigos para o Desenvolvimento

Índice

Balanço	3
Demonstração de Resultados por Natureza.....	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Anexo.....	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Principais políticas contabilísticas.....	7
4. Ativos Fixos Tangíveis	11
5. Investimentos Financeiros.....	11
6. Outras contas a receber	12
7. Diferimentos	12
8. Caixa e Depósitos Bancários	13
9. Resultados Transitados.....	14
10. Fornecedores.....	14
11. Estado e Outros Entes Públicos	14
12. Diferimentos	15
13. Outras Contas a Pagar	15
14. Subsídios, Doações e Legados à Exploração	15
15. Fornecimentos e Serviços externos.....	17
16. Gastos com o Pessoal.....	18
17. Outros Rendimentos e Ganhos / Outros Gastos e Perdas	19
18. Passivos Contingentes	20
19. Acontecimentos após a data do Balanço	20

Balanço

(valores em euros)

Rubricas	Notas	31-12-2019	31-12-2018
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	4	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	5	1.390,29	768,57
Subtotal		1.390,29	768,57
Ativo Corrente			
Outras contas a receber	6	57.071,54	32.795,80
Diferimentos	7	823,97	4.843,04
Caixa e Depósitos bancários	8	146.157,73	138.044,91
Subtotal		204.053,24	175.683,75
Total do Ativo		205.443,53	176.452,32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	9	46.417,24	46.417,24
Resultados Transitados		3.959,32	-20.332,91
Subtotal		50.376,56	26.084,33
Resultado Líquido do Exercício		9.915,53	24.292,23
Total dos Fundos Patrimoniais		60.292,09	50.376,56
Passivo			
Passivo Corrente			
Fornecedores	10	13.961,91	14.164,97
Estado e Outros Entes Públicos	11	10.434,80	12.014,40
Diferimentos	12	83.282,80	70.348,16
Outras Contas a Pagar	13	37.471,93	29.548,23
Subtotal		145.151,44	126.075,76
Total do Passivo		145.151,44	126.075,76
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		205.443,53	176.452,32

Demonstração de Resultados por Natureza

(valores em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2019	31-12-2018
Vendas e Serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	14	540.642,01	686.394,05
Fornecimentos e Serviços externos	15	-217.550,70	-261.596,62
Gastos com o pessoal	16	-309.033,30	-352.465,40
Outros Rendimentos	17	561,66	3.711,58
Outros Gastos	17	-4.703,40	-11.302,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.916,27	64.741,44
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	6	0,00	-40.420,75
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.916,27	24.320,69
Juros e Rendimentos similares obtidos		0,00	0,03
Juros e Gastos similares suportados		-0,74	-28,49
Resultado Antes de Impostos		9.915,53	24.292,23
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		9.915,53	24.292,23

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

(valores em euros)

Movimentos no Período	Fundos	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2018 1	46 417,24	-58.396,98	38.064,06	26.084,32	26.084,32
Alterações no período 2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período 3	0,00	0,00	24.292,23	24.292,23	24.292,23
Resultado Integral 4 = 2 + 3	0,00	0,00	24.292,23	24.292,23	24.292,23
Operações com detentores de Capital Próprio					
Aplicação RLE 5	0,00	38.064,06	-38.064,06	0,00	0,00
Posição no fim do período 2018 6 = 1 + 4 + 5	46 417,24	-20.332,91	24.292,23	50.376,56	50.376,56

Movimentos no Período	Fundos	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2019 6	46 417,24	-20.332,91	24.292,23	50.376,56	50.376,56
Alterações no período 7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período 8	0,00	0,00	9.915,53	9.915,53	9.915,53
Resultado Integral 9 = 7 + 8	0,00	0,00	9.915,53	9.915,53	9.915,53
Operações com detentores de Capital Próprio					
Aplicação RLE 10	0,00	24.292,23	-24.292,23	0,00	0,00
Posição no fim do período 2019 11 = 6 + 9 + 10	46 417,24	3.959,32	9.915,53	60.292,09	60.292,09

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(valores em euros)

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	528.014,52	665.698,27
Pagamentos a fornecedores	-202.876,66	-230.246,67
Pagamentos ao pessoal	-306.462,88	-355.585,02
Fluxos gerados pelas operações	18.674,98	79.866,58
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	0,00	176,02
Outros pagamentos / recebimentos relativos à atividade operacional	-9.939,70	-35.701,00
Fluxos das atividades operacionais (1)	8.735,28	44.341,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Ativos Fixos Tangíveis	0,00	-20.248,20
Participações financeiras	-621,72	-768,57
Fluxos das atividades de investimento (2)	-621,72	-21.016,77
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	0,00	0,03
	0,00	0,03
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-0,74	-28,49
Fluxos das atividades de financiamento (3)	-0,74	-28,46
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	8.112,82	23.296,37
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	138.044,91	114.748,54
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	146.157,73	138.044,91

Anexo

1. Identificação da Entidade

Os Leigos para o Desenvolvimento (“Associação”) são uma organização sem fins lucrativos com sede social na Estrada da Torre nº 26 Lumiar, 1750-296 Lisboa, tendo sido constituída em 11 de abril de 1986 e tem por CAE principal a atividade “88990 – Outras atividades de apoio social sem alojamento, NE” e por CAE secundário a “94995 – Outras atividades associativas, NE”.

São fins da Associação promover o desenvolvimento integral e integrado de pessoas e comunidades de países em desenvolvimento e de Portugal, com vista à sua capacitação e autonomização, através do testemunho e da intervenção preferencial de voluntários missionários qualificados.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. As Demonstrações Financeiras da Associação foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), conforme disposto no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 09 de março e no aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho. O SNC-ESNL é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Concetual.

As demonstrações financeiras que incluem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, foram aprovadas pela Direção da Associação, no dia 22 de junho de 2020, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2019 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2018.

2.2. Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-ESNL.

2.3. Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requereu que a Direção formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, e procedemos à sua depreciação em função dos recebimentos por parte dos financiadores dos projetos, para os quais esses bens foram adquiridos.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios do Governo

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a associação cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Contas a receber

As Contas a Receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método de taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor de retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado.

O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a instituição;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os gastos incorridos com a transação e os gastos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

A Associação reconhece as receitas obtidas com subsídios, doações e legados à exploração como proveitos no período a que estes se reportam.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas antes dos financiamentos serem utilizados, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos e ganhos.

Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Assim, a Associação encontra-se isenta de IRC estando apenas sujeita ao pagamento de imposto, na sua atividade lucrativa, que serve de suporte à sua atividade principal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações de natureza fiscal e parafiscal da associação dos anos de 2016 em diante ainda poderão estar sujeitas a revisão para efeitos de Segurança Social e de 2017 em diante para efeitos da Autoridade Tributária

No entanto, e dado à sua atividade de promover o desenvolvimento integral e integrado de pessoas e comunidades de países em desenvolvimento, por vezes acontece que os comprovativos das despesas efetuadas pela Associação nesses países, não reúnem, na sua maioria, os requisitos legais para serem aceites como despesa em termos fiscais em Portugal.

Acontecimentos após a data de balanço

As Demonstrações Financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de dezembro de 2019, data em que foram aprovadas pela Direção conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 18.

3.3. Principais estimativas e julgamentos

As NCRF-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela associação e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela associação é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela associação, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da associação.

3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Ao longo do ano de 2019 ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis:

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Total
Ativos				
Saldo inicial bruto	0,00	2.525,62	6.962,93	9.488,55
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final bruto	0,00	2.525,62	6.962,93	9.488,55
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial das depreciações	0,00	2.525,62	6.962,93	9.488,55
Depreciações do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final das depreciações	0,00	2.525,62	6.962,93	9.488,55
Ativos em curso				
Saldo inicial das depreciações	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras CREF Porto Alegre	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para Ativos Fixos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00

Os bens referidos no imobilizado ainda se encontram a funcionar nos respetivos projetos para os quais foram adquiridos, pelo que o valor não sofre alterações.

5. Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2019 a Associação tem aplicado no Fundo de Compensação do Trabalho o montante de 1.390,29€.

6. Outras contas a receber

A rubrica de “Outras Contas a Receber” é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Adiantamentos a fornecedores Sede	0,00	2.253,50
Devedores Diversos	967,11	0,00
BDO Sede	3.690,00	3.690,00
Inscrição dos Formandos Formação	0,00	90,00
IEFP Sede	0,00	1.087,77
Alto Comissariado para as Migrações, IP Caparica/Pragal	8.428,73	9.771,22
Weshare, Serviços de Gestão, SA CSPC	1.833,62	0,00
Fundação Calouste Gulbenkian Cidade S. Tomé	0,00	563,09
Financiamentos Públicos – Camões IP Cidade S. Tomé	5.675,41	2.323,91
Misereor Benguela	36.476,67	8.940,03
Misereor Cuamba	0,00	4.076,28
Total	57.071,54	32.795,80

Nesta conta estão incluídos os valores dos gastos realizados em 2019, efetuados ao abrigo dos projetos contratualizados, mas cujo reembolso por parte do financiador ainda não tinha acontecido.

Está também incluído o valor do donativo da BDO atribuído à Associação referentes ao exercício de 2019, bem como os valores por regularizar de apoios a parceiros de São Tomé e a ex-voluntários de Cuamba, cuja a regularização só vai ser efetuada em 2020.

7. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Sede	323,97	140,00
CSPC	0,00	149,42
Formação	0,00	114,81
Porto Alegre	200,00	1.021,96
Cidade S. Tomé	150,00	628,19
Benguela	0,00	2.663,20
Cuamba	0,00	107,00
Caparica-Pragal	0,00	18,48
Ganda	150,00	0,00
Total	823,97	4.843,04

Nesta rubrica encontram-se registados os serviços faturados em 2019, referentes ao período de 2020, nomeadamente os gastos com os seguros de acidentes de trabalho da sede e dos voluntários; Também estão incluídos os gastos com o programa de contabilidade da sede.

8. Caixa e Depósitos Bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Associação classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

8.1. A 31 de dezembro de 2019 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

8.2. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Caixa		
Caixa Sede	229,43	105,40
Caixa CSPC	0,00	18,26
Caixa Caparica-Pragal	95,17	237,97
Missões		
STP Porto Alegre + Cidade	15.368,82	19.935,38
Angola Benguela	3.796,45	25.471,26
Moçambique Cuamba	596,53	15.495,70
Depósitos à ordem		
Banco BPI		
Conta 001 - 0010 0000 99759690001 92	34.941,37	16.209,31
Conta 002 - 0010 0000 99759690002 89	181,55	914,20
Conta 003 - 0010 0000 99759690003 86	4.337,16	5.802,44
Conta 005 - 0010 0000 99759690005 80	13,09	672,13
Conta 006 - 0010 0000 99759690006 77	1160,68	124,09
Conta USD - 0010 9999 99759690601 15	3,49	3,49
Banco CGD		
Conta 530 - 0035 0413 00038412530 04	1.530,88	327,00
Conta 730 - 0035 0413 00038876730 33	3.091,23	2.265,20
Conta 830 - 0035 0413 00031000830 85	32.869,93	5.419,45
Montepio		
Conta 071.10.009846-7	1.441,95	1.043,63
Depósitos a prazo		
Montepio		
Conta 071.15.013647	46.500,00	44.000,00
Total	146.157,73	138.044,91

9. Resultados Transitados

A variação dos resultados transitados de 2018 para 2019 diz respeito à incorporação do resultado líquido do exercício de 2018 no montante de 24.292,23€, fazendo com que a conta de resultados transitados fique com o saldo de 3.959,32€.

10. Fornecedores

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores - Conta Corrente Gerais	13.961,91	14.164,97
Total	13.961,91	14.164,97

Esta rubrica inclui as dívidas correntes aos fornecedores, dentro do prazo acordado, assim como fornecedores em Angola relativos a pagamentos com auditoria, viagem interna e fornecimento de materiais, que serão regularizados em 2020.

11. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Imposto sobre o rendimento – IRC a pagar	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	3.004,25	3.237,50
Contribuições para a Segurança Social		
Segurança Social dos contratados	5.878,35	7.014,10
SSV – Seguro Social Voluntário – Voluntários	1.552,20	1.762,80
Fundo de Compensação	0,00	0,00
Total	10.434,80	12.014,40

12. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Fundação Calouste Gulbenkian Economias Criativas - Cidade S. Tomé	19.725,71	16.794,00
Financiamentos Públicos – Emb. Portuguesa em S. Tomé Cidade de S. Tomé	0,00	1.296,73
Financiamentos Públicos – Emb. Portuguesa em S. Tomé Porto Alegre	0,00	2.500,00
Fundação Calouste Gulbenkian Porto Alegre	0,00	4.772,20
Financiamentos Públicos - Camões, IP Porto Alegre	7.948,24	8.458,82
Weshare, Serviços de Gestão, SA Benguela	0,00	5.770,84
Financiamentos Públicos - Camões, IP Benguela	0,00	23.366,24
Financiamentos Porticus Iberia Caparica-Pragal	17.032,88	7.389,33
Financiamento Fundação La Caixa Caparica-Pragal	27.360,00	0,00
Financiamento Público - MTSSS Porto Alegre e Cidade S. Tomé	11.215,97	0,00
Total	83.282,80	70.348,16

Saldo de recebimentos em 2019 de diversos financiadores, sendo estes rendimentos referentes ao ano de 2020 e seguintes.

13. Outras Contas a Pagar

A rubrica de Outras Contas a Pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Outros Credores Diversos	10.647,30	6.873,62
Pessoal Sede	26.824,63	22.674,61
Total	37.471,93	29.548,23

Nesta rubrica encontram-se registados os encargos com o pessoal (férias, subsídios de férias e férias não gozadas), auditoria da BDO referente ao ano de 2019, auditorias finais de projetos (*Misereor* em Benguela e Camões em S. Tomé), comunicações e despesas com fotocopiadora e acréscimos de gastos relativos às missões.

14. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A rubrica de Subsídios, Doações e Legados à Exploração apresenta o valor de 540.642,01€ (2018: 686.394,05€) e refere-se aos subsídios e fundos de empresas, estado, instituições privadas e outros doadores. Estes subsídios e doações destinam-se a financiar os projetos e as atividades que a Associação implementa no âmbito da sua missão.

A evolução dos rendimentos recebidos está detalhada no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018	Variação
Sede	172 687,67	157 720,57	14 967,10
Formação	12 720,91	9 846,04	2 874,87
Centro S. Pedro Claver	11 616,00	16 097,64	-4 481,64
STP - S. Tomé	81 892,18	90 057,28	-8 165,10
STP - Porto Alegre	76 863,16	139 022,09	-62 158,93
Benguela	86 634,17	119 294,25	-32 660,08
Cuamba	7 360,25	83 455,44	-76 095,19
Ganda	19 505,51	0,00	19 505,51
Caparica-Pragal	71 362,16	70 900,74	461,42
Total	540 642,01	686 394,05	-145 752,04

O ano de 2019 foi um ano em que houve uma diminuição geral dos rendimentos, pela redução dos financiamentos executados provenientes de empresas e de instituições particulares.

Relativamente aos financiadores que transitam de anos anteriores, são:

- ACM - FAMI, na missão da Caparica-Pragal
- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, nas missões de Benguela, S. Tomé e Porto Alegre
- Embaixada de Portugal em S. Tomé e Príncipe, em Porto Alegre e S. Tomé
- Fundação *Calouste Gulbenkian*, projeto Tchiloli e Economias Criativas, na missão da Cidade, em S. Tomé
- Fundação *Calouste Gulbenkian*, na missão de Porto Alegre
- *Bischofliches Hilfswerk Misereor* (Igreja Católica Alemã), na missão de Benguela
- *Bischofliches Hilfswerk Misereor* (Igreja Católica Alemã), na missão de Cuamba
- PACT *Fund Deloitte*, na missão de Benguela
- *Porticus Iberia*, na missão da Caparica-Pragal

Foram iniciados os seguintes novos financiamentos:

- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Projeto “Do Sul” na missão de Porto Alegre, em S. Tomé
- MTSSS – Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, nas missões de S. Tomé e de Porto Alegre, em S. Tomé
- Prémio BPI “La Caixa”, na missão da Caparica-Pragal (início de execução apenas em 2020)

Na sede, o resultado superou os resultados do ano anterior pelo crescimento de receita proveniente da consignação fiscal e pelo crescimento na venda de *merchandising*. No centro de custo da Formação, onde se imputam as atividades de angariação de fundos que os formandos desenvolvem, surge uma ligeira variação positiva de 2018 para 2019, mas ainda aquém de anos anteriores. No Centro S. Pedro Claver (CSPC), a variação justifica-se pelo facto de não termos conseguido qualquer financiamento para o projeto, o que veio a contribuir para a decisão de encerramento do Centro em agosto de 2019.

É de destacar que em 2019 surgiu uma nova missão, a missão da Ganda, razão pela qual apenas neste ano surgem rendimentos declarados. A missão da Ganda, ainda sem nenhum financiamento, herdou os donativos

regulares da missão de Benguela, que, entretanto, concluiu, como é o caso de empresas que dão donativos regulares à Associação como padrinhos, fruto do trabalho de angariação de fundos realizado no terreno.

15. Fornecimentos e Serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta o valor de 217.550,70€ (2018: 261.596,62€) e refere-se aos gastos com projetos realizados e aos gastos gerais incorridos em Portugal e nas missões. Inclui gastos com materiais, conservação e reparação, trabalhos especializados e deslocações e estadas.

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018	Variação
Trabalhos Especializados	60 365,52	80 456,98	-20 091,46
Publicidade	6 402,00	12 093,65	-5 691,65
Vigilância e Segurança	496,70	510,84	-14,14
Honorários	33 015,05	2 500,00	30 515,05
Conservação	14 364,33	23 405,57	-9 041,24
Serviços Bancários	1 499,06	1 675,34	-176,28
Materiais	30 753,90	42 990,55	-12 236,65
Energia e Fluídos	5 897,01	9 111,70	-3 214,69
Deslocações e Estadas	47 719,76	68 395,16	-20 675,40
Rendas de imóveis	2 674,02	600,00	2 074,02
Comunicação	12 101,05	17 049,69	-4 948,64
Seguros	471,59	481,94	-10,35
Contencioso e notariado	485,35	627,38	-142,03
Limpeza, higiene e conforto	1 305,36	1 697,82	-392,46
Total	217 550,70	261 596,62	-44 045,92

A diminuição dos gastos de 2018 para 2019 deve-se à execução dos financiamentos obtidos, não existindo nas missões gastos extraordinários sem estarem devidamente previstos pelos financiamentos.

- Trabalhos Especializados – Redução justificada pela menor contratação de técnicos especialistas e parcerias face a 2018 (peritos na área do desenvolvimento comunitário, do *design*, da fotografia e das artes cénicas), que acompanhou a diminuição na execução de financiamentos; em 2019 foi contratado um serviço externo na área da contabilidade;
- Publicidade e Propaganda – Em 2019, além do investimento feito em *merchandising*, foi feito um menor investimento em publicidade extraordinária associada a iniciativas cobertas por financiamentos;
- Honorários – Em 2019 os projetos beneficiaram de colaborações prestadas por prestadores de serviços em nome individual, sendo de destacar duas colaborações que se prolongaram por alguns meses em Benguela (no âmbito do projeto de replicação de Grupos Comunitários) e em S. Tomé (no âmbito do projeto “(Re)criar o bairro” na Boa Morte, que teve necessidade da colaboração de uma produtora); inclui ainda os honorários com trabalho subcontratado no âmbito de projetos financiados (avaliação externa e formação/produção de manual de apoio a monitores de crianças em Porto Alegre, residência artística com artista plástico no bairro da Boa Morte, *controller*

financeiro para apoio na gestão de financiamento nas missões em S. Tomé), além de algumas prestações de serviços na área da comunicação e angariação de fundos;

- Conservação – inclui gastos de manutenção das viaturas e das residências da equipa de voluntários no terreno; de referir que foi feita uma grande reparação numa viatura em Cuamba; diminuição justificada pelo menor investimento em infraestruturas de projetos no terreno;
- Materiais – os financiamentos previam a aquisição de diversos materiais e equipamentos, nomeadamente, equipamentos informáticos e audiovisuais para a sede e para projetos em Benguela e Porto Alegre; procedeu-se à impressão de manuais escritos ao abrigo de financiamentos; procedeu-se também à impressão de materiais de comunicação e de angariação de fundos;
- Energia e Fluídos – Em 2019 tivemos uma diminuição do consumo por ter fechado a missão de Cuamba em fevereiro e por termos deixado de ter veículo próprio na missão de S. Tomé.;
- Deslocações e Estadas – nesta rubrica estão previstos os gastos no âmbito de várias parcerias com as viagens dos peritos externos contratados ao abrigo dos financiamentos; em 2019 verificaram-se menos despesas com alojamento pelo facto dos peritos terem permanecido na nossa residência;
- Rendas de imóveis – Em 2019 foi necessário efetuar o arrendamento, durante uns meses, de uma casa para uma colaboradora em Benguela e a nova missão da Ganda passou a ter custos com aluguer de residência, enquanto não temos a nossa casa definitiva;
- Comunicação – Em 2019 renegociaram-se contratos com fornecedores de telefone, internet e telemóvel o que permitiu fazer uma redução nos gastos face a 2018.

16. Gastos com o Pessoal

A Rubrica de Gastos com o Pessoal apresenta o valor de 309.033,30€ (2018: 352.465,40€) e refere-se às remunerações e encargos com o pessoal afeto à associação, tanto na sede como nas missões.

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018	Varição
Remuneração Pessoal	162 766,18	173 305,50	-10 539,32
Encargos sobre remunerações	54 262,12	61 597,21	-7 335,09
Seguros de acidentes no trabalho	2 549,20	2 529,47	19,73
Gastos de Ação Social	5 016,40	4 571,05	445,35
Outros Encargos com o Pessoal	84 439,40	110 462,17	-26 022,77
Total	309 033,30	352 465,40	43 432,10

No quadro seguinte demonstramos o número de pessoas contratadas, no final de cada ano, pela Associação em Portugal. Os estágios não foram considerados no quadro.

Descrição	31-12-2019	31-12-2018	Variação
Sede	7	7	0
Centro S. Pedro Claver	0	1	-1
Caparica-Pragal	1	1	0
Total	8	9	-1

Em relação à rubrica “Remuneração Pessoal” na sede, concluiu-se contrato com o responsável da área financeira que não veio a ser substituído. O Centro S. Pedro Claver encerrou em agosto, tendo sido negociado uma nova função com a coordenadora, que integrou a equipa da sede em setembro com funções de angariação de fundos. Em fevereiro, concluiu-se o estágio com o apoio do IEFP que este envolvido na implementação do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Na rubrica de “Outros Encargos com o Pessoal” está refletido uma redução nos gastos com os recursos humanos no terreno. Fruto dos financiamentos obtidos, registou-se uma diminuição no valor global das bolsas de voluntário, além dos custos gerais de manutenção de voluntários ter sofrido uma ligeira redução fruto do final antecipado de missão de dois voluntários.

17. Outros Rendimentos / Outros Gastos

(valores em euros)

Descrição	31-12-2019	31-12-2018	Variação
Outros Gastos			
Impostos Indiretos	740,91	150,99	589,92
Quotizações	520,00	593,47	-73,47
Diferenças de Cambio Desfavoráveis	3 435,51	10 547,71	-7 112,20
Outros	6,98	10,00	-3,02
Total	4 703,40	11.302,17	-6.598,77
Outros Rendimentos			
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,36	0,00	0,36
Correções relativo a anos anteriores	0,00	930,00	-930,00
Diferenças de Cambio Favoráveis	352,44	2 734,02	-2 381,58
Outros	208,86	47,56	161,30
Total	561,66	3.711,58	-3 149,92

Na rubrica de “Impostos indiretos” regista-se um aumento graças aos valores com IVA relativos a prestações de serviços externas. Em 2019, a verba de “Correções relativo a anos anteriores” encontra-se a zero por não terem sido registados pagamentos de quotas em atraso por parte dos sócios, como havia acontecido em 2018.

18. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos como passivos porque:

- a. São obrigações possíveis, uma vez que carecem de confirmação sobre se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade; ou
- b. São obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste capítulo, seja porque não é provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade para liquidar a obrigação, seja porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.
- c. A HMGC – Contabilidade e Salários. Lda., intitula-se credora de valores por serviços prestados no montante de EUR 14.548,15. A Direção dos Leigos para o Desenvolvimento entende que estes valores não são devidos.

19. Acontecimentos após a data do Balanço

Atendendo à situação de pandemia provocada pelo novo coronavírus COVID-19 a nível mundial, prevêem-se, em 2020, fortes impactos ao nível operacional, nomeadamente nas missões em África. Os voluntários das missões de Angola – Ganda – e S. Tomé e Príncipe – Porto Alegre e S. Tomé – tiveram de ser repatriados para Portugal em março de 2020, o que obrigou à suspensão da maioria das suas atividades no terreno. A situação de imprevisibilidade tem-se prolongado ao longo dos meses não sendo ainda possível estabelecer uma data de regresso ao terreno.

O facto de o trabalho no terreno estar interrompido desde março trará igualmente impactos ao nível financeiro, nomeadamente ao nível dos projetos com financiamento já contratualizado. Os contratos de financiamento foram renegociados com as entidades financiadoras e sofrerão prolongamento de prazos e um ajuste em algumas rubricas, estando ainda em aberto o real impacto destas mudanças, por não ser ainda possível conhecer o momento em que os trabalhos serão efetivamente retomados no terreno. As novas condições de vida que iremos encontrar nas comunidades locais onde os LD atuam, poderão também obrigar a mudanças na intervenção e a novas negociações com entidades financiadoras.

Além disso, do ponto de vista financeiro, a execução das despesas apresentará diferenças significativas face ao orçamento aprovado, tanto pela interrupção da presença e dos projetos em África, como pelos custos extraordinários decorrentes da operação de repatriamento dos voluntários. Uma vez que a pandemia obrigou a uma situação de confinamento e de distanciamento social, também as atividades de angariação de fundos sofreram impacto pela impossibilidade de realizar ações presenciais, como seria o caso das campanhas face to face e das atividades realizadas pelos formandos, fazendo com que os resultados das campanhas de angariação de fundos sejam bastante imprevisíveis em 2020.

Embora na presente data não seja possível apurar todos os efeitos desta pandemia, é nossa convicção que estas circunstâncias excepcionais não colocam em causa a continuidade das operações dos Leigos para o Desenvolvimento.

Lisboa, 22 de junho de 2020

Vera Munkoro

CONTABILISTA CERTIFICADA

217818625

91392

Carvalho / [Signature]

ADMINISTRAÇÃO

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Cont. N.º 501 917 705

Estrada da Torre, 26 – 1769-014 LISBOA

Tel.: 21 757 42 78 – Fax: 21 757 43 57